



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6654 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

**CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE HOMOAFETIVA: NOVOS ARRANJOS E SENTIDOS OU VELHOS PÂNICOS E PRECONCEITOS? CONCEPÇÕES, (DES)INTEGRAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM**

Claudianderson Nogueira da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE HOMOAFETIVA: NOVOS ARRANJOS E SENTIDOS OU VELHOS PÂNICOS E PRECONCEITOS? CONCEPÇÕES, (DES)INTEGRAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA APRENDIZAGEM**

**1. INTRODUÇÃO**

Apresentamos esta proposta de pesquisa, ainda em andamento, a partir das reflexões no Curso de Mestrado em Educação Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (PPGEDUC/UFPE/CAA). Nosso trabalho se insere na linha de Pesquisa Educação e Diversidade e é financiado pela CAPES.

Problematizamos as concepções de família(s) que norteiam e pautam as políticas públicas na atual conjuntura do país em seu combate a uma suposta “ideologia de gênero”, marcada principalmente pelo conservadorismo e incentivada via pânico moral (MISKOLCI, 2017).

Questionamos a naturalização e a universalização da configuração de família que a ala (neo)conservadora e fundamentalista da sociedade resiste em manter ignorando as transformações que ela sofre ao longo do tempo. A partir disso, discutimos sobre os antagonismos postos pela sociedade entre a homossexualidade e a parentalidade.

Depois, refletimos sobre a importância dos papéis desempenhados pela escola e pela família no processo de formação dos sujeitos, na socialização e desenvolvimento humano. Partimos da importância do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas para efetivação da justiça social num cenário que perpetua a exclusão.

Diante disso, direcionamos nosso olhar para as escolas da rede de ensino municipal de Caruaru, agreste pernambucano, entendendo que essas instituições estão inseridas num contexto social marcado por discursos de ódio, preconceito(s) e conservadorismo(s) que historicamente foram legitimados no Brasil e subalternizam a cidadania das pessoas LGBTs.

Assim, pretendemos responder ao problema: como o acolhimento e a integração escolar de famílias de conjugalidade e parentalidade homoafetiva em escolas da rede municipal de Caruaru-PE influenciam no processo de aprendizagem dos seus/as filhos/as?

O objetivo dessa pesquisa é: compreender como o acolhimento e a integração escolar de famílias de conjugalidade e parentalidade homoafetiva em escolas da rede municipal de Caruaru-PE influenciam no processo de aprendizagem dos seus/as filhos/as.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Ideologia de gênero, pânico moral e os empreendedores morais: ofensivas reacionárias a um inimigo imaginário**

De acordo com Miskolci (2017), nos últimos anos, o debate e a luta constante contra uma suposta “ideologia de gênero” ganha força no Brasil e em outros países da América Latina. As pautas (neo)conservadoras e (neo)liberais, afloradas por um pânico moral, tentam controlar, inibir e prejudicar os debates em torno dos temas que envolvem a diversidade, o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento da democracia.

Situamos o cenário da nossa reflexão a partir das supostas ameaças sobre a heteronormatividade e sobre um modelo de família como “natural”, ou seja, ficcional. Traçaremos uma breve rota entre a gênese do termo “ideologia de gênero”, suas replicações e implicações na sociedade brasileira. Segundo Miskolci (2017), a gênese da suposta “ideologia de gênero” está nos textos do papa emérito Bento XVI, em 1997, período que ainda era cardeal. Tratam-se de posicionamentos reacionários à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher (1995); defesa das perspectivas biológicas sobre a sexualidade e oposição ao feminismo e sua proposta de reconhecimento aos direitos sexuais e reprodutivos.

O termo passa a ser mais definido como um sistema de pensamento fechado e ameaçador, no Documento de Aparecida. Na seção vinculada a realidade que marca América Latina expressa preocupação em relação às demandas da cidadania por homossexuais dizendo que essa “ideologia” enfraquece e menospreza o matrimônio, a vida familiar em sua identidade e no direito à vida. De acordo com o documento, com a ideologia de gênero, “cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana” (CELAM, 2007, p. 30).

Uma das grandes influências da difusão das ideias reacionárias na América Latina foi Jorge Scala em seu livro *La ideologia del género. O el género como herramienta de poder*. Nele, o autor diz que tal ideologia busca impor uma nova antropologia e causar alterações morais que destruiriam a sociedade. Ele a equipara aos sistemas totalitários como o nazismo e comunismo (MISKOLCI, 2017, p.727).

A princípio, vemos uma atitude reacionária da Igreja Católica, posteriormente, outros grupos, como as organizações “pró-vida” e evangélicas, além dos defensores do Escola sem Partido, unem-se à “causa”. Apresentam-se como democráticos e representantes da sociedade civil e a partir de ações políticas, jurídicas e midiáticas, instalam pânico frente aos “perigos sociais” que essa “ideologia representa”.

O pânico moral caracteriza “as formas como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos”. (MISKOLCI, 2007, p. 111). Estamos lidando com os temores que os empreendedores morais sentem a partir das pressões a necessidade mudanças sociais. Eles buscam propor algo que “restaure a ordem social” e provoque o renascimento dos valores tradicionais e controle dos “desviantes”.

Becker (2008) diz que as organizações sociais não são simples e as regras não são unânimes. Mostra-nos que todos os grupos sociais fazem suas regras e em dados momentos e circunstâncias tentam impô-las. Há definições de comportamentos considerados “certos” e “errados”. Aos que fogem às regras, cabem-lhes as considerações, pelos outros, como “desviantes” e passam a ser situados fora do círculo dos membros “normais” do grupo. Os grupos hegemônicos, os empreendedores morais, criam e aplicam regras; influenciam a sociedade para neutralização dos sujeitos “desviantes”. No contexto da sociedade LGBTfóbica, heteronormativa, sexista, machista e patriarcal, como é o caso do Brasil, a população LGBT é considerada pelos reacionários como “desviantes”.

Nos últimos anos, as replicações da “ideologia de gênero”, em tons cada vez mais alarmistas pelas instituições e políticas do atual governo, têm impulsionado a ala (neo)conservadora e (neo)liberal da sociedade para o enfrentamento de um inimigo imaginário comum. Há uma busca pela (re)naturalização e (re)universalização das concepções de família; pela manutenção hegemônica da heterossexualidade obrigatória e da heteronormatividade; pela contenção das políticas que tentam promover e ampliar os direitos da população LGBT.

## **2.2 Homossexualidade e parentalidade: desnaturalizando e desuniversalizando a família**

Sabemos que a instituição família está presente nas sociedades, mas suas configurações são variadas e acompanham as transformações históricas e sociais. O advento das novas tecnologias de reprodução, o divórcio e a construção de novas alianças conjugais, o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, entre outros acontecimentos, colocam em questão a naturalização e universalização da família presa aos aspectos biológicos. Logo, o seu caráter natural e universal é ficcional.

Para Miskolsi (2017), o casamento gay se tornou uma possibilidade de ameaça às instituições hegemônicas. Ele nos lembra que durante quase um século, houve a predominância de uma perspectiva biológica e determinista sobre as relações amorosas e sexuais entre as pessoas do mesmo sexo. Isso fez com que a identidade homossexual fosse essencializada e reduzida a uma categoria social patologizada e criminalizada. A rejeição evidencia um pânico moral sobre as mudanças sociais numa sociedade que historicamente construiu a imagem dos gays como ameaça.

A partir dos 1980 e 1990, os gays demonstraram interesses em construir famílias desprendidas da procriação. Com isso, o debate sobre as condições e os direitos dos homossexuais criarem filhos/as começam a ganhar forma. As maneiras de se chegar a parentalidade são a partir de relação hétero anterior; das novas tecnologias de reprodução; da co-parentalidade ou a adoção. Não há proibições em relação a essas formas de constituição. Mas, segundo alguns teóricos (MELLO, 2005; UZIEL, 2007), a homossexualidade e a parentalidade são vistas pela sociedade conservadora como coisas antagônicas, incompatíveis que geram medos e ameaçam a ordenação simbólica e constitutiva do sujeito. Os prejuízos vindos pela falta de referencial materno (mãe/mulher) e paterno (pai/homem); as compreensões sobre gênero e sexualidade nas famílias com conjugalidade e parentalidade homoafetivas poderiam “estragar os filhos”; influenciar na orientação sexual deles/as; além dos riscos à pedofilia, são alguns exemplos desses medos.

De acordo com Uziel (2007), as concepções pré-modernas localizam a perfeição ou a imperfeição no sexo encarnado nas formas corpóreas ideais. Durante muito tempo a mulher era vista como ser inferior e oposto ao homem mediante a supervalorização do falo. Contudo, esse lugar de oposição passa a ser ocupado pelo homossexual, tido como homem invertido. Essa categorização se dá pela ideia de que ele nega a sua natureza, transgride a ordem biológica, moral, religiosa e social. Tal “transgressão” perpassa os discursos e as justificativas

contra a parentalidade gay.

Butler (2003) problematiza, na sociedade contemporânea ocidental, como o conceito de parentesco está atrelado ao casamento, a heterossexualidade e a filiação. Nessa relação, a sexualidade ainda é presa à procriação sublinhando a heterossexualidade. Assim, na dicotomia entre sexualidade e parentalidade, posta pelo conservadorismo, a parentalidade gay se torna uma ameaça à ordem hegemônica heterossexista. Nessa perspectiva, a felicidade afetiva e sexual entre dois adultos e o bem estar de crianças e adolescentes somente podem ser alcançados na família formada entre a união de um homem e uma mulher heterossexuais.

Zambrano (2006), traz questionamentos dos conservadores sobre a parentalidade homossexual. Tratam-se de perguntas sobre quem será o pai e quem será a mãe numa família homoparental<sup>[1]</sup> que recaem numa artificialidade desconsiderando o fato que o desejo sexual não fará do homem gay uma mulher e visse-versa. Assim, a função parental pode ser exercida por um ou outro dos membros do casal, sem que isso os transforme em homem ou mulher. Uziel (2007) diz que a homossexualidade se refere ao exercício da sexualidade e que as funções parentais não a tem como exigência em suas execuções, visto que a parentalidade diz respeito aos cuidados e aos laços afetivos.

### **2.3 As relações entre família(s)-escola e a necessidade dos debates sobre gênero, sexualidade e parentalidade**

Partimos da compressão sobre gênero que está além do meramente descritivo. A partir da concepção, que desestabiliza e desnaturaliza a matriz heterossexual e heteronormativa, percebemos que gênero é um elemento primário e constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1996; BUTLER, 2003). Destacamos que também é importante problematizar as questões referentes à sexualidade, visto que a reflexão sobre gênero nos propõe compreender como as características sexuais são representadas e trazidas para a prática social, bem como, tornadas parte do processo histórico de inteligibilidade que ora é da heterossexualidade compulsória ora é da heteronormatividade (BUTLER, 2003).

Para Louro (2000), a sexualidade não é algo dado pela natureza. Além disso, não é possível fixar um momento que demarque a gênese da identidade sexual e de gênero. Os sujeitos podem viver sua sexualidade de diferentes modos e, assim, constituem suas identidades. Elas não são automáticas nem naturais. São construções instáveis, em constante mutabilidade e que tem o corpo como seu território de inscrição (MISKOLCI, 2012).

Sabemos que a escola possui um papel relevante na formação dos sujeitos, na socialização dos conhecimentos e das práticas relacionadas às questões de gênero e sexualidades. Contudo, o contexto educacional brasileiro mantém uma postura de resistência sobre esse debate, pois se encontra regulado por perspectivas conservadoras e por preceitos morais machistas, sexistas, heteronormativos e LBGBfóbicos (JUNQUEIRA, 2009).

Nas últimas décadas, a família passou a ter novos significados culturais e sociais, formando-se novas identidades de suas configurações (MELLO, 2005). Mas percebemos que as escolas estão organizadas para acolher alunos(as) de famílias tradicionais categorizadas como “normais”. A realização de momentos que celebram o dia das mães e dos pais são exemplos dessa organização e demonstram que as escolas priorizam, exclusivamente, as famílias “tradicionais”. As famílias com conjugalidades e parentalidades homoafetivas sempre existiram, contudo, geralmente foram e continuam sendo marginalizadas, inclusive, no espaço escolar (VENTURI, et al, 2018).

Sabemos que a boa relação entre escola e a família contribui para o desenvolvimento e

adaptação social dos sujeitos. Ressaltamos que o reconhecimento e respeito da escola para com as famílias possibilitam o bem-estar psicológico e comportamental dos/as alunos/as. Em um cenário de disseminação dos valores hegemônicos heterossexistas, perguntamo-nos como o acolhimento e a integração das famílias de conjugalidade e parentalidade homoafetiva influenciam na aprendizagem dos/as alunos/as pertencentes a esses arranjos familiares.

Segundo alguns autores (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009), a escola ainda é um lugar de muitos preconceitos e discriminações com os/as alunos/as dessas famílias, sendo submetidos/as a situações desagradáveis. Isso demonstra que a escola não está preparada para lidar com as diferenças em torno das questões de gênero, sexualidade e dos novos arranjos familiares.

### **3. METODOLOGIA**

Dada a natureza da nossa investigação, partiremos da abordagem qualitativa, uma vez em que se estuda a realidade em seus movimentos, significados, aspirações, crenças, valores, atitudes e subjetividades. (MINAYO, 1994). Além disso, a referida abordagem envolve o empirismo e a sistematização do conhecimento de forma progressiva até que a compreensão sobre a realidade seja desvelada (BAUER; GASKELL, 2012).

Nossa pesquisa será realizada em escolas da rede municipal de Caruaru, agreste pernambucano. Escolheremos, a partir das informações fornecidas pelos(as) gestores(as), instituições que ofertem os anos finais do ensino fundamental que possuam em seu corpo discente estudantes de famílias de conjugalidade e parentalidade homoafetiva.

Aplicaremos questionários para os(as) alunos(as) para conhecer a configuração de suas famílias, com a finalidade de criar possibilidades de integração entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Depois, realizaremos entrevistas com pais e filhos/as de famílias de conjugalidade e parentalidade homoafetivas, sendo que esses filhos/as estejam matriculados/as nos anos finais da rede de ensino municipal de Caruaru – PE. Destacamos a importância das entrevistas para o desenvolvimento da pesquisa, pois através delas podemos obter dados básicos para reflexões e compreensões das relações entre os atores sociais e a situações em que vivem (BAUER; GASKELL, 2012).

Considerando a importância da análise dos dados, na representação e interpretação das falas dos sujeitos, utilizaremos a Análise do Conteúdo proposta por Bardin (2011). Categorizaremos e analisaremos o que foi verbalizado pelos sujeitos para compreendermos a realidade vivenciadas por eles e responder ao problema de pesquisa anteriormente indicado. Seguiremos as diferentes fases propostas pela autora: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade brasileira é marcada por discriminações e exclusões materializadas pelo machismo, patriarcado, sexismo, LGBTfobia e pela inteligibilidade heteronormativa. Essas violações, geralmente, são justificadas por: um conservadorismo que defende um único modelo de família ficcional; fundamentalismos religiosos que interferem no Estado, que deveria ser laico; e em defesa de uma “moral” e dos “bons costumes”.

Diante disso, apontamos a relevância da nossa pesquisa a partir da investigação de como o processo de acolhimento e integração escolar das famílias de conjugalidade e parentalidade homoafetivas em escolas da rede municipal de Caruaru – PE influencia na aprendizagem dos/as seus/as filhos/as.

O ineditismo da nossa pesquisa sobre tal temática em Caruaru – PE, contribui para o campo de produção de conhecimento teórico-metodológico sobre as categorias analíticas de gênero, sexualidade e educação na perspectiva dos direitos humanos, na busca pela ruptura do silenciamento, da exclusão e da violência, que tem acompanhado a trajetória da comunidade LGBT e de suas famílias.

## 5. REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Ânálise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W; Gaskell, George, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, n 21, 2003, p. 219-260.

CONSELHO EPISCOPLA LATINO-AMERICANO (Celam). **Documento conclusivo (Documento de Aparecida)**. Bogotá: Centro de Publicaciones del Celam, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**; Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogia das sexualidades**. Lopes Louro (Org). Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_; GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p.159-181.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. Gomes. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 27. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos pagu (28), janeiro – junho de 2017. p. 101 – 128.

\_\_\_\_\_. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”:** nota para genealogia de um **pânico moral contemporâneo**. Sociedade e Estado, vol. 32, 2017, pp.725-747.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1996.

UZIEL, Ana Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VENTURI, Gustavo; BOCANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, p. 123-147, jul/dez. 2006.

**Palavras-chave:** pânico moral; famílias; homossexualidade; parentalidade; escola.

---

[1] O termo está relacionado ao neologismo criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL), em Paris, nomeando a situação na qual pelo menos um adulto homossexual é (ou pretende ser) pai ou mãe, de no mínimo, uma criança.